



PRESIDÊNCIA

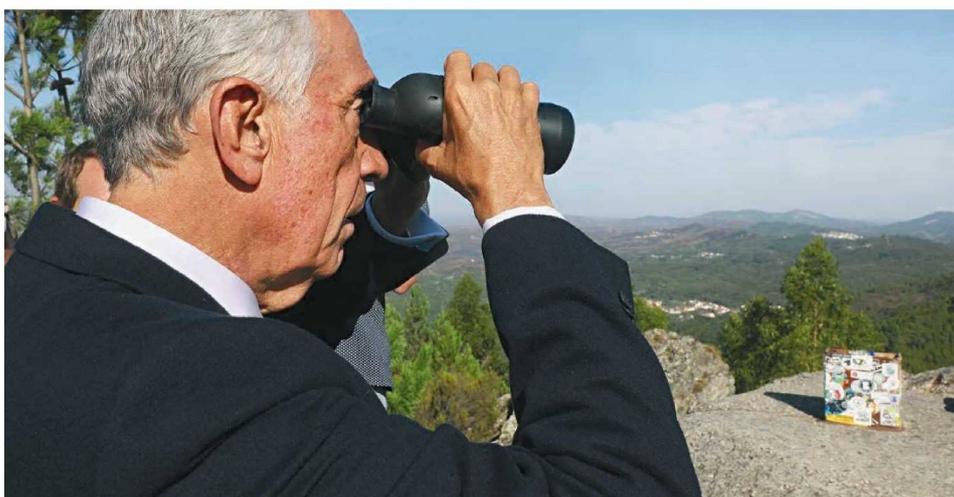


FOTO NUNO BOTELHO

Os seis diplomas sensíveis na mira de Marcelo

Tem de decidir sobre enchente de leis. Barrigas de aluguer, Bases da Saúde e leis laborais vão a Belém

CAROLINA REIS,
 ELISABETE MIRANDA
 e MARIANA LIMA CUNHA

Marcelo só vai uns dias para o Algarve, mas não terá descanso. Na mala, o Presidente leva muitos diplomas — são cerca de 40 do Parlamento e outros tantos do Governo —, mas são as leis feitas na Assembleia da República que têm prioridade, já que tem 20 dias para as promulgar e não 40, como acontece com os decretos do Executivo. Este avolumar de trabalho é normal no final da legislatura mas este ano têm chegado mais lentamente a Belém.

Marcelo não vai levar um jipe carregado para férias como refilou em tempos Cavaco, mas terá pouco espaço para praia. Neste rol, sabe o Expresso junto de fonte da Presidência, há pelo menos seis que, pela sua sensibilidade, serão escrutinados à lupa por Belém e poderão acabar em veto. A sucessão de promulgações ou vetos pode prolongar-se até setembro, vésperas das eleições, dado o volume de documentação que o Presidente tem em mãos.

BARRIGAS DE ALUGUER

A probabilidade de vetar a lei das barrigas de aluguer é ele-

vada. Para o Presidente o importante é que o novo diploma tenha acautelado as preocupações dos juizes do Palácio Ratton. Ora, a lei aprovada no último plenário pelos deputados não contempla, precisamente, a principal preocupação do Tribunal Constitucional (TC): um período de arrendimento para a gestante após o nascimento da criança. O chumbo é de tal forma esperado que no dia da votação no plenário, quando se percebeu que os deputados do PSD, essenciais para fazer passar a lei, chumbaram o artigo proposto pelo Bloco de Esquerda de arrendimen-

to para a gestante até 20 dias depois de o bebé nascer, não houve sequer festejos. Quando meia dúzia de deputados socialistas bateram palmas, depressa os restantes parlamentares da bancada se apressaram a dizer que a legislação não passaria em Belém. Ali mesmo, o CDS ameaçou enviar a lei de novo para o TC, caso Marcelo a promulgasse.

MEGABASE DE DADOS

O Estado não sabe ao certo quantos funcionários tem, onde estão colocados, quantos dias por ano faltam e como são pagos. Para ultrapassar esta lacuna, o Parlamento aprovou a constituição de uma megabase de dados que permitirá às Finanças analisar os salários, os suplementos transitórios e permanentes, as promoções e os prémios, as requisições ou as avaliações de desempenho.

Sensível em Belém não é tanto a ideia desta recolha mas o seu âmbito de aplicação. As exigências de informação abrangem todo o universo do Estado (seja ao nível central, regional, local, serviços autónomos), mas admitem um regime de exceção para a Assembleia da República e a Presidência. Ora, Marcelo poderá devolver a lei ao Parla-

mento invocando um dos argumentos que já tinha usado na lei do lóbi: não concorda que Belém esteja fora das exigências, vincando que não vê com bons olhos regimes de privilégio.

LEIS LABORAIS

O que começou por ser um desacordo político — o PS aliou com o PSD em matérias laborais, deixando cair, nas votações finais, propostas da esquerda que tinha começado por aprovar — pode tornar-se um problema jurídico. PCP, BE e CGTP estão em sintonia: tendo em conta as alterações, que incluem por exemplo um alargamento do período experimental, é preciso apelar ao Presidente para que trave as novas normas. Se Marcelo não concordar, há ainda a hipótese de recorrer ao TC para pedir a fiscalização sucessiva da legislação. "Consideramos que esta proposta de lei, ao invés de

CGTP, PCP e BE alegam que leis laborais são inconstitucionais e admitem recorrer ao TC se Marcelo não as travar

pôr termo à precariedade, ao bloqueio da contratação coletiva e também à desregulação dos horários, vai fazer precisamente o inverso daquilo que o próprio Governo tinha constatado através do Livro Verde das relações de trabalho no que respeita ao período da *troika* e do anterior Governo", explicou o líder da central sindical, Arménio Carlos. Já Catarina Martins assumiu a mesma posição, prometendo "tentar por todas as vias travar" a nova legislação.

LEI DE BASES DA SAÚDE

Depois de muitos avanços e recuos, tudo voltou à casa de partida: deixando a decisão sobre as parcerias público-privadas para a próxima legislatura, PS, PCP e BE desbloquearam o impasse e chegaram a acordo para aprovar o texto. Há um senão: o Presidente chegou a avisar que não via com bons olhos a aprovação de uma lei-quadro apenas à esquerda, considerando que deve haver uma legislação estável e que possa passar sem alteração por Governos de várias cores. Para Marcelo, era inconcebível que a lei excluísse liminarmente as PPP, como BE e PCP queriam. Ora, apesar de este texto surgir do acordo à esquerda, isso não acontece: a lei é omissa em relação a este tipo de contratos. Chegará para conseguir a luz verde de Marcelo?

BIG BROTHER FISCAL

Um diploma especialmente difícil de consensualizar no Parlamento foi aquele que os críticos batizaram de *big brother* fiscal. Hoje, as empresas estão obrigadas a enviar mensalmente ao fisco um ficheiro com dados contabilísticos mas, de 2020 em diante, a informação contida nesse ficheiro (chamado de SAF-T) alargou-se substancialmente. As Finanças argumentam que esta exigência dispensará as empresas de muitas outras declarações, mas, para as empresas, o projeto representa uma intrusão injustificada do Estado, que passa a ter um grande manancial de informação na sua posse. Contabilistas e associações patronais garantem que a lei é desproporcional e viola o princípio da igualdade, por excluir alguns sectores de atividade como o financeiro. Falta saber que sinal dará Marcelo.

cbreis@expresso.imprensa.pt